



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA
"Cidade Primavera"

PROCURADORIA

JURÍDICA

Mensagem do Poder Executivo Municipal nº 063/2017

Numeração na Câmara Municipal 017/2017

Projeto De Lei Complementar do Poder Executivo.

Assunto: "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO PARA CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO- OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Segundo mensagem do chefe do Poder Executivo, as despesas publicas são muitas e esta cada vez mais difícil gerenciar a tudo. Afirma a necessidade a operação de linha de crédito, processo de financiamento, para a compra de dois veículos de importância especial ao atendimento direto da população, cujo financiamento prevê juros módicos e, segundo afirma, abaixo dos praticados no mercado, que não criarão dificuldade na amortização da dívida.

Cabe salientar que para a tomada do referido financiamento é imprescindível a presente autorização legislativa.

Portanto, o projeto de lei complementar em questão objetiva a obtenção de autorização do Legislativo Municipal para a celebração de contratação com órgão (Agência de Fomento) vinculado ao Governo Estadual com vistas à obtenção pelo Município de recursos necessários para aquisição especifica de veículos.

A contratação da operação de crédito em comento terá que obedecer aos ditames instituídos na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme consta no artigo 32 e 33.

A Lei Orgânica Municipal estabelece:

"Trabalho, transparência e compromisso com você!"

R.



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA
"Cidade Primavera"

"Art. 35. Dependem, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da câmara, as leis concernentes às seguintes matérias: XI – autorização para obtenção de empréstimos de particular"

Dispõe o RI, em seu artigo 154, que é de competência exclusiva do prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre matéria financeira e que importem em aumento de despesa.

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas que considero elementares: por primeiro, se a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; segundo, se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional, e finalmente, se há possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Opino de que as prescrições legais foram atendidas, seja no que se refere à competência exclusiva do Executivo, para fins de contratação de operações de crédito (empréstimo), seja no que diz respeito à ordem emanada da Câmara Municipal, mediante autorização legislativa, a fim de que a operação seja realizada, conforme consta da matéria em apreço.

O Município esta plenamente autorizado para legislar sobre questões pertinentes ao interesse local (inciso I, do art. 7 da lei Orgânica do Município), como certamente o é. A obtenção de financiamento junto a outras instâncias de governo, podendo ainda se servir da abertura de créditos suplementares ou especiais (incisos III e V, do art. 167 CF), e à prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita (inciso IV, do art. 167 CF), previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º do art. 167, todos da CF/88.

"Trabalho, transparência e compromisso com você!"



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA
"Cidade Primavera"

Por fim, o Município, autônomo nos termos estabelecidos pelo caput do art. 18, da CF/88, pode contratar com órgãos do Estado, como no caso, com vistas a atingir objetivos em comum, especialmente em face do impacto de políticas de mobilidade urbana que beneficiará a população em geral.

É o parecer, sub censura.

Guariba, 28 de Novembro de 2017.


Michelle Alves Verde

Procuradora Jurídica

“Trabalho, transparência e compromisso com você!”